

CEG 2011

Pauta é responsabilidade de todos os trabalhadores

A confecção da pauta de reivindicações é responsabilidade de todos os trabalhadores porque é a partir dela que se desenvolve a Campanha Salarial.

Este ano estarão sendo discutidas apenas as cláusulas econômicas, estando garantidas todas as cláusulas sociais.

Ao contrário de outros anos, em que se fica muito tempo discutindo uma série de cláusulas antes de se passar às cláusulas econômicas, em 2011 espera-se uma negociação mais rápida.

Até por isso, é fundamental que a Assembléia de aprovação da pauta tenha a presença maciça da categoria, porque isso também tem influência à mesa de negociação.

E aí cabe a divisão de responsabilidade, em que cada um deve fazer a sua parte, sugerindo adendos, supressões e/ou modificações que possam trazer benefícios para os trabalhadores em geral.

Toda Assembléia é decisiva, mas a Assembléia de abertura da Campanha Salarial é fundamental para que se tenha uma idéia da participação da categoria.

Nesse sentido, a direção do Sindicato convoca todos os trabalhadores a participarem da Assembléia, trazendo um colega de setor e demonstrando que queremos um ACT digno, à altura da expectativa de trabalhadoras e trabalhadores.

ASSEMBLÉIA

Dia 24 de março de 2011, quinta-feira
1ª convocação, às 17h – 2ª convocação, às 18h

No Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/7º andar

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

Centrais querem manutenção da política de aumento do mínimo

No início do ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a declarar que o governo barraria qualquer proposta de reajuste do salário mínimo que superasse o valor de R\$ 540. O Dieese alertou que o aumento ficava aquém da variação da inflação (INPC) em 2010. Os R\$ 540 representariam 5,88% de reajuste, enquanto o INPC fechou o ano com alta de 6,47%. Ou seja, significaria uma interrupção na política de aumentos reais estabelecida na gestão Lula. Com isso, as centrais deram os primeiros sinais de impaciência com os vaivéns do governo.

“É frustrante acompanhar o ressurgimento da tese de que os salários deterioram as contas públicas, especialmente porque esse ideário não fez parte do programa com o qual a presidenta Dilma foi eleita”, disse o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Wagner Gomes. Já o presidente da CUT, Artur Henrique, viu no impasse uma tentativa de impor ao país uma “agenda dos derrotados” na eleição.

Pelos critérios negociados, a política permanente de reajuste inclui o INPC do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes. Ou seja, o reajuste do atual mínimo teria de levar em conta a inflação de 2010 e o PIB de 2009 – que no entanto não cresceu, foi negativo (-0,6%).

Passadas as esperadas reclamações, o mesmo Mantega anunciou que o mínimo iria para R\$ 545 a partir de 1º de fevereiro. Um aumento real mínimo. As centrais, que reivindicam R\$ 580, reclamaram novamente, e em 18 de janeiro reuniram algumas centenas de pessoas em protesto na Avenida Paulista, em São Paulo. A pauta discutida com o governo inclui a correção da tabela do Imposto de Renda. Os sindicalistas argumentam que, sem isso, parte dos reajustes salariais seria perdida.

Em 26 de janeiro, os sindicalistas foram recebidos pelo secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. As negociações continuariam em fevereiro e caminhavam para um acordo, talvez distante do que esperavam as centrais. Dois dias depois do encontro, a presidenta Dilma Rousseff endureceu: “O que queremos saber é se as centrais querem ou não a manutenção do acordo. Se querem, o que nós propomos para este ano é R\$ 545”.

O governo argumenta que não está descumprindo o acordo e acena com um reajuste mais polpudo em 2012. Como as projeções para o crescimento do PIB de 2010 estão em torno de 7,5% e se espera uma inflação perto de 5,5%, o mínimo poderia atingir R\$ 618 no ano que vem, tendo como base os R\$ 545. Com o costumeiro arredondamento, ficaria em R\$ 620, o que representaria reajuste de 13,76% – aumento real de 7,83%. Mas como fica o aqui e agora?

O mínimo abre a temporada de reivindicações de 2011. A expectativa é que, agora, outras discussões vinguem, como a da reforma tributária.

“O tema já foi bastante debatido no segundo mandato do governo Lula. Hoje, há um consenso a respeito de sua necessidade e até mesmo de sua urgência, mas não sobre seu conteúdo”, afirma o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria-Parlamentar (Diap) Antônio Augusto de Queiroz. Ele observa que a disputa entre “o contribuinte e o governo” se dá em três níveis do Executivo (federal, estaduais e municipais), “cada um querendo aumentar sua parte da receita”.

Mesmo assim, Queiroz vê mais condições de acordo – devido, entre outros fatores, à presença de uma oposição “menos virulenta” e com governadores mais dispostos ao diálogo.

Fonte: CUT

Visite o nosso site: www.sintergia-rj.org.br